

Assistência estudantil na educação profissional federal do Rio Grande do Norte

Josanilda Mafra Rocha de Morais ¹
Renato Marinho Brandão ²

Resumo: Este artigo sistematiza um estudo de estado da questão que objetivou inventariar a produção científica existente acerca da assistência estudantil desenvolvida na Educação Profissional Federal do Rio Grande do Norte. Trata-se de um estudo qualitativo, bibliográfico, documental e exploratório. Executado junto ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e ao Portal de Periódicos da CAPES, fazendo uso de 7 descritores. Foram selecionadas 21 produções, publicadas de 2013 a 2022, as quais abordam a questão da avaliação de políticas, com escopo na assistência estudantil desenvolvida no IFRN, em diferentes abordagens. Foi constatada uma lacuna epistêmica, no que tange aos estudos voltados à historiografia da assistência estudantil no âmbito das institucionalidades assumidas pelo atual IFRN, configurando-se como uma possibilidade aos pesquisadores que almejam se inserir no campo da história da educação profissional.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Educação Profissional; Rio Grande do Norte; Estado da Questão; História da Educação.

Student assistance at federal professional education at rio grande do norte

Abstract: This paper brings a state of question that aimed to catalogue the existent scientific production regarding student assistance developed for the Professional Federal Education in the state of Rio Grande do Norte. This is a qualitative, bibliographic, documental and exploratory study. It was conducted using the Catalogue of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES in Portuguese); the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD in Portuguese) and CAPES's website of journals, using 7 descriptors. A total of 21 publications were selected, between 2013 and 2022, which addresses the matter of policy assessment, focusing on the student assistance developed in IFRN, from various perspectives. An epistemic gap was identified concerning studies focused on the historiography of the student assistance throughout the history of IFRN and its institutional designations, thus constituting a possibility for researchers that seek to engage in the history of professional education field.

Keywords: Student assistance; Professional Education; Rio Grande do Norte; State of question; History of education.

Asistencia a los estudiantes de formación profesional federal en Rio Grande do Norte

Resumen: Este artículo sistematiza un estado del arte que tuvo como objetivo inventariar la producción científica existente sobre la asistencia al estudiante desarrollada en la Enseñanza Profesional Federal en Rio Grande do Norte. Se trata de un estudio cualitativo, bibliográfico, documental y exploratorio. Se

¹ Mestre em Educação e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0449-8550>, e-mail: josanilda.mafra@gmail.com

² Doutor em Ciências da Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (PPGEP/IFRN), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8187-7140>, e-mail: renato.marinho@ifrn.edu.br



realizó utilizando el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación para la Mejora del Personal de la Enseñanza Superior (CAPES); la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) y el Portal de Revistas de CAPES, utilizando 7 descriptores. Se seleccionó un total de 21 estudios, publicados entre 2013 y 2022, que abordan el tema de la evaluación de políticas, con enfoque en la asistencia estudiantil desarrollada en el IFRN, utilizando diferentes enfoques. Se encontró un vacío epistémico en relación con los estudios centrados en la historiografía de la asistencia a los estudiantes en el marco institucional asumido por el actual IFRN, que es una posibilidad para los investigadores que deseen entrar en el campo de la historia de la educación profesional.

Palabras-clave: Asistencia al Estudiante; Educación Profesional; Rio Grande do Norte; Estado de la Cuestión; Historia de la Educación.

1 INTRODUÇÃO

A assistência estudiantil se constitui em uma política pública que visa fornecer condições para que os estudantes, ao ingressarem em instituições públicas, com vistas a realizar seus processos formativos, disponham de meios que garantam a permanência e a conclusão dos cursos com êxito.

Nesse sentido, a assistência estudiantil compreende um arcabouço de ações que objetivam a democratização das condições de permanência dos estudantes da educação pública; a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e na conclusão dos cursos com êxito; a redução das taxas de retenção e evasão; e a contribuição para a promoção da inclusão social através da educação (Brasil, 2024).

Isto posto, a assistência estudiantil é regulamentada, em âmbito nacional, através da Política Nacional de Assistência Estudiantil (PNAES), consubstanciada na Lei nº 14.914 de 03 de julho de 2024, a qual sintetiza a garantia dos direitos dos estudantes, que devem ser assegurados por meio de iniciativas governamentais.

Ao compreender as leis como indícios, pistas do passado, como resultado da ação histórica dos homens, entende-se que elas não são quaisquer vestígios do passado, mas contemplam “[...] a intencionalidade de seu registro por poderes instituídos em uma determinada época [...]” (Stamatto, 2012, p.277)

Logo, a lei é um documento, e na acepção de Le Goff (1994, p.545): “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder.”

Então, para desvelar as nuances que conformam a assistência estudantil, é preciso revisitar seus processos de composição e constituição, por meio de um estudo que visa apreender o seu desenvolvimento ao longo da história.

Ao buscar compreender como a assistência estudantil foi sendo gestada na sociedade brasileira, no transcorrer dos anos, foi identificada a pesquisa de Imperatori (2017), a qual sistematizou a trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira, através de um levantamento das legislações que regulamentaram a oferta de assistência aos estudantes, em cada momento histórico.

A referida autora, ao comungar das constatações feitas por Costa (2010), compreende que o início das ações concernentes à assistência estudantil data de 1928 no contexto de criação da Casa do Estudante Brasileiro na cidade de Paris, destinada a dar assistência aos estudantes que estudavam na capital francesa e não dispunham de condições para se manter na cidade.

No que diz respeito às primeiras ações de assistência aos estudantes do ensino superior, executadas em solo brasileiro, Imperatori (2017) menciona que ocorreram no ano de 1931 com a promulgação do Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, o qual instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior que entre outros aspectos, propunha medidas de providência e beneficência para amparar estudantes comprovadamente pobres.

Durante o processo de reformas no Estado brasileiro após a Primeira República (1889-1930), através de mudanças progressistas, foi sancionada a Constituição de 1934, a qual preconizou a oferta de assistência ao aluno necessitado, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária, assim como previa a destinação de insumos que seriam utilizados, durante o período das férias acadêmicas.

Com o pano de fundo da república populista, e como resultado de um esforço político para implantar um regime democrático no Brasil, foi promulgada a Constituição de 1946 que estendeu os serviços de assistência educacional aos alunos necessitados a todos os níveis de ensino, com vistas a alcançar melhores condições de eficiência escolar (Brasil, 1946).

Na década de 1960, sob um quadro de instabilidade política e econômica brasileira, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961, a qual determinou que o

Estado deveria garantir assistência social, médico-odontológica e de enfermagem aos alunos. E a Constituição Federal de 1967 asseverou o direito à igualdade de oportunidades educativas.

Durante a vigência da Ditadura Militar, mais especificamente no auge da sua popularidade na década de 1970, com o "milagre econômico", foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante, mediante o qual foram implantados programas de assistência estudantil (alimentação, moradia, assistência médico-odontológica e bolsas de trabalho).

Na década de 1980, após o período da Ditadura Militar, sob as bases do processo de redemocratização do país, as políticas de assistência estudantil adquiriram maior visibilidade e se colocaram na agenda do dia, tendo em vista as garantias previstas na Constituição Federal de 1988. Intitulada de Constituição Cidadã, esta Carta Magna em seu artigo 206 estabelece a "igualdade de condições para o acesso e a permanência de estudantes nas instituições de ensino" como um dos princípios da educação e prevê no artigo 208 a garantia, pelo Estado, de "atendimento aos estudantes, em todas as etapas da educação básica, de suplementação de material escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (Brasil,1988).

Nos anos 1990, a LDB normatizada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 asseverou que o Estado cumprisse o seu dever com a educação, garantindo a concretização do que consta no Art. 4º, inciso VIII, "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (Brasil, 1996).

Nos anos 2000, através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, foi instituído, em âmbito federal, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Em 2024, o referido decreto passou por uma revisão, de maneira que, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal, foi aprovada a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, que instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Ao visualizar o desenvolvimento da assistência estudantil no âmbito do ensino superior brasileiro, foi gerado o questionamento: o que temos de produção científica acerca da assistência estudantil desenvolvida no âmbito da Educação Profissional Federal no estado do Rio Grande

do Norte? Essa indagação, entre outras, impulsionou a construção de uma pesquisa de doutoramento a qual tem o objetivo de elucidar a constituição e o desenvolvimento da assistência estudantil no âmbito da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), no período de 1968-1998.

Como a referida pesquisa se encontra em andamento, decidiu-se empreender um estudo de estado da questão, com o intuito de conhecer os caminhos já trilhados sobre o tema inquirido, a fim de não incorrer em repetição de pesquisa e, também, para que a experiência de outros estudiosos pudesse contribuir com o processo investigativo proposto.

Ademais, segundo Medeiros Neta; Silva (2024) para que um trabalho acadêmico possa ser considerado cientificamente definido é necessário que sejam levantados trabalhos anteriores, que já tenham sido objetos de reflexões em outras pesquisas científicas.

De acordo com Lopes, Nóbrega-Therrien e Almeida (2018, p.67) “O Estado da Questão (EQ) é um método de pesquisa que evidencia as condições atuais na literatura científica sobre o objeto de investigação”. Assim, deve ser utilizado como um primeiro movimento de descoberta e aproximação do pesquisador em relação ao seu objeto de pesquisa, com vistas a esclarecer dúvidas, possibilitar a construção de categorias, de assertivas e de contribuições científicas para o campo epistêmico no qual a pesquisa está inserida, como também, para o acervo científico mais geral que congrega o rol das produções desenvolvidas na academia.

Desse modo, a presente investigação objetivou elucidar o que existe de produção científica acerca da assistência estudantil materializada no âmbito da Educação Profissional Federal do Rio Grande do Norte.

2 METODOLOGIA

Este estudo apresenta uma abordagem qualitativa, bibliográfica, documental e exploratória (Severino, 2016) e foi desenvolvido através dos procedimentos metodológicos que compõem um estudo de estado da questão, haja vista seu caráter analítico, crítico e a sua capacidade de “[...] levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance” (Nóbrega-Therrien e Therrien, 2004, p.7).

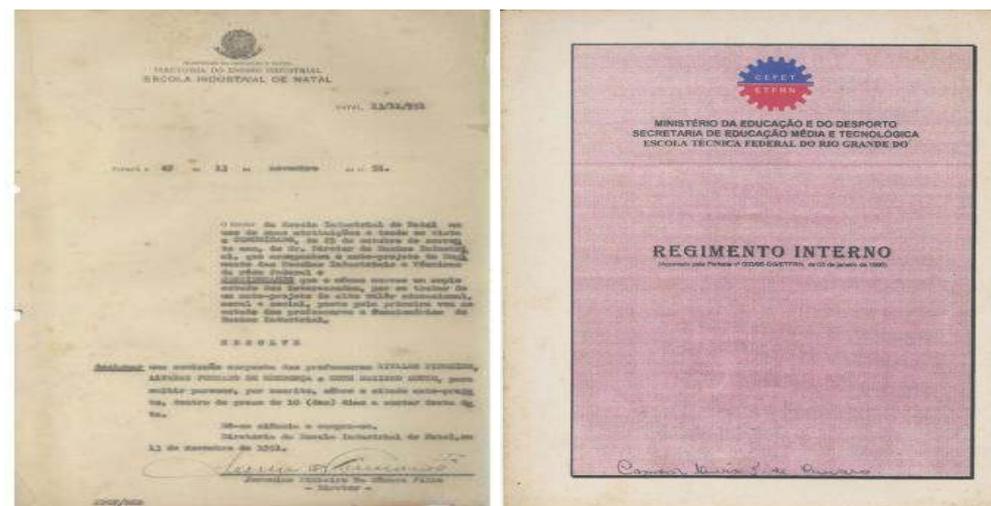
Nesta perspectiva, seguindo os direcionamentos que devem ser adotados para a execução de um estudo de estado da questão, no primeiro momento foi delimitado o tema de pesquisa: Assistência Estudantil na Educação Profissional Federal do Rio Grande do Norte.

No segundo momento, foi definida a questão de pesquisa: o que existe de produção científica acerca da Assistência Estudantil na Educação Profissional Federal do Rio Grande do Norte?

No terceiro momento, com o intuito de eleger descritores que representassem o tema investigado, foi empreendido um levantamento junto ao acervo que consta no Arquivo Geral do IFRN/Natal-Central, com o intuito de identificar as expressões que foram utilizadas para designar a assistência ofertada aos estudantes até o período de vigência da ETFRN. Assim, foram consultados os Anteprojetos e os Regimentos Internos, que estavam disponíveis, compreendendo os seguintes anos: 1951/ 1965/ 1969/ 1972 / 1973 / 1974 / 1975 / 1992 / 1993 / 1995.

A Figura 1 ilustra os documentos utilizados no início e ao final das buscas, quais sejam, o Anteprojeto do Regimento Interno da então Escola Industrial de Natal (1951) e o Regimento Interno da ETFRN (1995), respectivamente.

Figura 1 – Anteprojeto do Regimento Interno da Escola Industrial de Natal (1951) e Regimento Interno da ETFRN (1995)



Fonte: Arquivo Geral do IFRN/Natal-Central

Ao final do processo de análise desses documentos, foram localizados os termos: assistência social escolar; caixa escolar; assistência escolar; programas assistenciais; serviço de assistência médica e social; assistência social à clientela; e, assistência estudantil.

Haja vista a abrangência de áreas nas quais cada um destes vocábulos se insere, optou-se por formar os descritores de buscas através da junção de um vocábulo com a expressão educação profissional, fazendo uso do operador booleano AND, entre cada um desses termos.

Então, foram constituídos os seguintes descritores: assistência social escolar AND educação profissional; caixa escolar AND educação profissional; assistência escolar AND educação profissional; programas assistenciais AND educação profissional; serviço de assistência médica e social AND educação profissional; assistência social à clientela AND educação profissional; assistência estudantil AND educação profissional.

No quarto momento, foram selecionados os locais de busca, nos quais o levantamento bibliográfico foi realizado: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Portal de Periódicos da CAPES.

A escolha destes locais se justifica pelas especificidades que cada um apresenta, pelo acesso público que dispõem, por conterem um acervo atualizado e pela relevância que possuem para a comunidade científica e acadêmica.

No quinto momento, foram definidos os critérios de inclusão (trabalhos que abordassem a questão da assistência estudantil na educação profissional federal do Rio Grande do Norte e que estivessem completos) e os critérios de exclusão (trabalhos que não estivessem completos e/ou que não tratassem da assistência estudantil na educação profissional federal do Rio Grande do Norte).

Em seguida, foi iniciado o processo de pesquisa, através da inserção dos descritores (separadamente) nos bancos de dados, e da seleção dos trabalhos que atendessem aos critérios de inclusão deste estudo.

A fase de coleta das produções ocorreu durante o mês de junho de 2024 e, dentre as ações executadas, cabe citar que foram empreendidas leituras dos títulos das produções disponíveis, com o objetivo de selecionar aquelas que explicitamente estabeleçam ressonâncias com o objeto pesquisado.

Entretanto, como assegura Severino (2016, p.60), “Nem sempre o título da unidade dá uma ideia fiel do tema. Às vezes apenas o insinua por associação ou analogia; outras vezes não tem nada que ver com o tema.” Sendo assim, nos casos em que os títulos não evidenciaram o teor do trabalho, também foram realizadas leituras dos resumos das produções. E, quando ainda permaneceram as indagações, sobre o conteúdo do texto, foram analisados os sumários (enquanto espelhos do encadeamento lógico dos processos de investigação e de escrita) e efetuadas leituras flutuantes de partes do trabalho (introdução, considerações finais).

Os achados provenientes do procedimento de coleta serão apresentados no tópico a seguir, o qual aborda os resultados e as discussões.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a realização do levantamento bibliográfico, ao submeter os descritores nas bases de dados, foram gerados 4.330 trabalhos, todavia, ao aplicar os critérios de inclusão, foram selecionados 21 trabalhos, para prosseguimento da leitura pormenorizada das demais partes que compõem seus textos, a fim de traçar o panorama dessas publicações e identificar como elas vêm colaborando com o tema inquirido.

Através da Tabela 1, pode-se visualizar o quantitativo de resultados gerados por cada descritor, em cada base de dados, assim como o quantitativo de trabalhos selecionados para compor o corpus de análise deste estudo.

Tabela 1 – Constituição do corpus de análise

Descritores	Bancos de dados					
	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES		BDTD		Portal de Periódicos da CAPES	
	Encontradas	Selecionadas	Encontradas	Selecionadas	Encontradas	Selecionadas
assistência social escolar AND educação profissional	81	0	406	2	124	1
caixa escolar AND educação profissional	20	0	68	0	4	0
assistência escolar AND educação profissional	229	1	773	0	120	0
programas assistenciais AND educação profissional	44	0	1551	2	50	2
serviço de assistência médica e social AND educação profissional	15	0	158	0	60	0
assistência social à clientela AND educação profissional	6	0	17	0	4	0
assistência	254	4	226	0	120	9

ISSN: 2595-7880 e-ISSN: 2595-7880

e-mail: contato@gposshhe.com

Licença: [Creative Commons – Atribuição não comercial 4.0 internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Total de trabalhos selecionados**21****Fonte:** Elaborado pelos autores (2024)

É possível ainda visualizar na Tabela 1 que o maior número de manuscritos selecionados (12 trabalhos) se encontram disponíveis no portal de periódicos da CAPES, e foram obtidos, a partir dos descritores assistência estudantil AND educação profissional (Bezerra (2014); Alves (2015); Carlos; Tavares (2015); Nascimento (2015); Marcolino (2018); Nascimento; Barra (2018); Nascimento; Nicolau (2018); Araujo (2020); Santos; Drago; Azevedo; Ferreira (2021)), programas assistenciais AND educação profissional (Araújo (2014); Lima (2014)), e, assistência social escolar AND educação profissional (Oliveira (2013)).

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foram localizadas 5 produções, as quais foram encontradas através dos descritores assistência estudantil AND educação profissional (Medeiros (2013); Ferreira (2017); Oliveira (2017); Cruz (2022)) e assistência escolar AND educação profissional (Silva (2018)).

Na BDTD foram identificados 4 trabalhos, os quais foram localizados por meio da utilização dos descritores programas assistenciais AND educação profissional (Nascimento (2018); Pinheiro (2020)) e assistência social escolar AND educação profissional (França (2013); Oliveira (2022)).

Durante o desenvolvimento da leitura pormenorizada, a qual possibilitou uma maior aproximação em relação ao corpus de análise, foi possível verificar que ele é constituído por 21 trabalhos produzidos entre os anos de 2013 e 2022.

Apesar das especificidades, e das diferentes abordagens que apresentam, os 21 escritos versam sobre a temática da assistência estudantil na educação profissional do RN, com discussões voltadas à análise de políticas, mormente, a política de assistência social no âmbito do IFRN.

Os textos são resultantes de pesquisas acadêmicas que se materializaram em artigos científicos (Carlos; Tavares (2015); Nascimento; Barra (2018); Nascimento; Nicolau (2018); Araujo (2020); Santos; Drago; Azevedo; Ferreira (2021)).

Em monografias, produzidas ao final de cursos de graduação (Oliveira (2013); Bezerra (2014); Araújo (2014); Lima (2014); Alves (2015); Nascimento (2015); Marcolino (2018)).

E, ainda, em dissertações, elaboradas durante a finalização da pós-graduação stricto-sensu (França (2013); Medeiros (2013); Ferreira (2017); Oliveira (2017); Nascimento (2018); Silva (2018); Pinheiro (2020); Cruz (2022); Oliveira (2022)).

No que concerne aos seus objetivos, verifica-se que a maior parte dos manuscritos intencionou analisar/avaliar a política de assistência estudantil desenvolvida no âmbito do IFRN, seja abordando-o de forma sistêmica, ou, fazendo o recorte da realidade de um de seus *campi*.

No que diz respeito ao escopo das avaliações, estas intentaram se debruçar sobre os programas e ações que conformam a assistência estudantil da referida instituição (França (2013); Oliveira (2013); Ferreira (2017); Marcolino (2018); Silva (2018); Araújo (2020); Santos Drago; Azevedo; Ferreira (2021)) ou ainda, se voltar à analisar um programa específico (Araújo (2014); Alves (2015); Carlos; Tavares (2015); Oliveira (2017); Cruz (2022); Oliveira (2022)).

Também foi identificado que alguns trabalhos objetivaram investigar e discorrer sobre a atuação do profissional de serviço social na política de assistência estudantil desenvolvida no IFRN (Medeiros (2013); Bezerra (2014); Lima (2014); Nascimento (2015); Nascimento (2018); Nascimento; Barra (2018); Nascimento; Nicolau (2018); Pinheiro (2020)).

Na diretiva metodológica, dos 21 trabalhos que integram o corpus de análise, 18 exibem discussões que se ancoram no materialismo histórico-dialético, de maneira que concebem a assistência estudantil, enquanto política pública, inserida em um contexto macrossocial, conformado por uma sociedade cindida em classes, submetida aos ditames do sistema capitalista de produção, cuja primazia está centrada na obtenção de lucros e na exploração da classe que vive do trabalho. (Antunes, 2000)

Logo, para compreender a assistência estudantil executada no IFRN, é preciso considerar a conjuntura na qual se encontra inserida, o público a quem se destina, a quais interesses suas ações atendem, ou seja, para compreendê-la, é fundamental apreendê-la como parte de uma totalidade social.

Mas, o que se entende por totalidade social? A autora Ciavatta (2015, p.42), ao se referir à categoria em questão, afirma

Partimos do conceito de totalidade social, que articula, dialeticamente, um conjunto de relações sociais relativas a determinado fenômeno social sob a ação dos sujeitos sociais. A totalidade social não se confunde com tudo, nem com os regimes políticos totalitaristas. O conceito de totalidade como questão epistemológica e como questão metodológica opõe-se à ideia de modelo ou de estruturas cristalizadas. Caracteriza-se pela capacidade de problematizar os fenômenos que não são fatos isolados, mas relacionados a muitos outros fenômenos.

Nesse sentido, a totalidade social possibilita a apreensão dos objetos investigados, para além de suas constituições endógenas, permite uma compreensão desses objetos, através da problematização acerca das relações que estes estabelecem com outros fenômenos.

Isto posto, pode-se verificar que dos 21 manuscritos pormenorizados, 16 ao tecerem considerações, com base nos resultados de suas investigações, apontaram contradições no âmbito da materialização da política de assistência estudantil desenvolvida no IFRN, em razão dos rebatimentos do sistema capitalista em vigor.

O texto produzido por Marcolino (2018, p.09), ao sistematizar os achados da sua investigação, concretizada durante o estágio no IFRN, campus Cidade Alta, expõe: “A partir deste estudo constatamos que a Assistência Estudantil se amplia com a expansão dos Institutos Federais, no entanto, assim como outras políticas sociais, ela também sofre rebatimentos da tendência neoliberal de fragmentação, focalização e seletividade”.

Desse modo, é possível perceber que a assistência estudantil, enquanto uma política social direcionada a contribuir para a permanência e êxito dos estudantes, tem assumido características fragmentadas, seletivas e focalizadas, haja vista as preconizações neoliberais de um estado cada vez mais enxuto para as políticas sociais.

Sobre o aprofundamento das imposições neoliberais em solo brasileiro, Souza; Lima; Brito (2024), no artigo intitulado “Reforma do Estado e da Educação Profissional nos anos 1990: alinhamento do CEFET-RN às imposições neoliberais”, explanam que elas ocorreram na década de 1990, e tiveram entre outras expressões, as análises e publicações de artigos de autoria de economistas, alinhados aos ideários capitalistas.

Esses artigos tiveram o objetivo de disseminar a falácia do “gigantismo estatal”, sob os argumentos de que o Estado havia crescido demasiadamente, e de maneira desfigurada, avolumando déficits públicos, sabotando a poupança pública, e, gradativamente, suas instituições perderam sua utilidade.

Segundo Souza; Lima; Brito (2024, p.5)

Desse diagnóstico, nasceu a proposta de uma reestruturação (leia-se desmonte) do Estado, o qual se via obrigado a rever a sua relação com o setor privado no plano econômico e com a sociedade civil no plano político. O receituário que se propunha a partir da leitura liberal da crise brasileira abrangeu desde reformas macroeconômicas até mudanças no âmbito da gestão e administração pública.

Isto posto, a partir do receituário neoliberal, foi realizada uma contrarreforma do Estado brasileiro a qual consistiu em um desmonte das instituições e no escamoteamento dos direitos e das políticas sociais, com rebatimentos até os dias atuais.

Desse modo, as políticas sociais se tornaram objeto de análise e intervenções. Nesse sentido, Soares; Colares (2020, p.18) fazem apontamentos para a situação da avaliação educacional brasileira, ao passo que esta deveria se constituir em um “[...] processo formativo, contínuo e processual, torna-se um instrumento mecanicista, descontextualizado, ideológico e inapropriado para a preservação do caráter público da escola brasileira”.

Nesse íterim, a assistência estudantil, na condição de política pública, tem se efetivado no âmbito do IFRN, de forma contraditória, ao passo que objetiva contribuir com a permanência e o êxito dos estudantes, vem reduzindo sua intervenção aos estudantes mais empobrecidos, o que implica em não atender a todos os estudantes que necessitam de suas ações.

De acordo com Ciavatta (2015) no âmbito da filosofia metafísica clássica, a contradição se configura como a oposição entre duas proposições diametralmente opostas. E cita que para o pensador Karl Marx (1980) a contradição se expressava no conflito histórico entre as forças produtivas e as relações de produção, o qual resultaria na ultrapassagem do regime vigente para outro.

Ao comungar do pensamento marxista, Cury (1985, p.30) defende

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura.

Nesta concepção, a contradição se apresenta como um momento decisivo, no qual forças opostas se encontram em disputa, e há a possibilidade de mudança para uma realidade que vai atender aos interesses de uma dessas forças.

No tocante a política de assistência estudantil do IFRN, espera-se que, no transcorrer das disputas entre uma perspectiva de intervenção voltada à garantia dos direitos dos estudantes e a perspectiva alinhada aos ditames neoliberais de seletividade, focalização e fragmentação das políticas efetivadas, a primeira prevaleça.

Essas foram as categorias elegidas neste trabalho, considerando os objetivos, as metodologias, os resultados e as considerações, apresentadas pelo corpus de análise (Lopes, Nóbrega-Therrien e Almeida, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de estado da questão tentou responder a seguinte questão de pesquisa: O que existe de produção científica acerca da Assistência Estudantil na Educação Profissional Federal do Rio Grande do Norte?

Os achados da pesquisa permitiram constatar a existência de uma vasta publicação de trabalhos que versam sobre a política de assistência estudantil, no Brasil, sobretudo, atrelada à temática da assistência ao estudante do ensino superior e da educação profissional.

Contudo, ao considerar a realidade do estado do Rio Grande do Norte, o quantitativo de manuscritos diminui.

Sendo assim, foram selecionadas 21 publicações no período de 2013 a 2022, as quais apresentam contribuições para o campo da avaliação de políticas, tendo como escopo a assistência estudantil desenvolvida no âmbito do IFRN, a partir de diferentes objetos: avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); avaliação de um dos programas que são executados na instituição; avaliação da atuação dos assistentes sociais, enquanto sujeitos que

gerenciam e operacionalizam a política de assistência estudantil na localidade em questão; avaliação da relação entre recursos destinados à política de assistência estudantil e o cumprimento dos objetivos da política; além de estudos que contemplam as temáticas expostas, com recorte em um campus específico do IFRN.

A maior parte dos estudos analisados (16) revelaram a existência de contradições no âmbito da efetivação da assistência estudantil, considerando os objetivos e primazias desta política, no que concerne a busca pela garantia dos direitos dos estudantes, nomeadamente, a permanência e a conclusão do curso com êxito, e as imposições do neoliberalismo, enquanto um modo de produção que exerce a sua hegemonia para além do âmbito econômico.

Esses trabalhos também possibilitaram a reflexão de que, para apreender as nuances que conformam a assistência estudantil desenvolvida no IFRN, é preciso compreendê-la, a partir de uma totalidade social, e assim, como determinada e influenciada pelas relações que se estabelecem em sociedade. Nesse sentido, foram elegidas a contradição e a totalidade social como categorias, e realizada uma breve análise sobre como os autores marxianos, vem concebendo-as em seus constructos.

Não foram identificados estudos voltados a desenvolver uma historiografia da assistência estudantil no âmbito das institucionalidades assumidas pelo atual IFRN, ao longo de sua trajetória de mais de cem anos.

Nas produções de Bezerra (2014); Carlos; Tavares (2015); Ferreira (2017); Oliveira (2017); Marcolino (2018); Nascimento; Barra (2018); Cruz (2022); foram encontrados breves relatos sobre a inserção do serviço social, na então Escola Industrial de Natal de 1962, em seguida, introduzem discussões sobre a configuração atual da assistência estudantil.

Assim, não foi possível verificar menções às ações e iniciativas que eram realizadas no período que antecede o ano de 1962, assim como, as ações após este ano, até a implantação do IFRN, institucionalidade atual (foco das análises dos trabalhos supracitados). Essa questão implica afirmar a existência de uma lacuna epistêmica a ser preenchida por pesquisadores que almejam se inserir na área da história da educação profissional, tendo por escopo, a historiografia da assistência aos estudantes, desenvolvida no âmbito das institucionalidades que antecederam o atual IFRN.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. O. V. **O programa de iniciação profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campus Natal – Zona Norte: contradições da Política de Assistência Estudantil?** Monografia (Graduação em Serviço social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2015. 64f. Disponível em:
https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36227/2/RakellyneOVA_Monografia.pdf. Acesso em: 27 jun.2024.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2000. p.31-61.
- ARAÚJO, A. L. A. S. Estágio Supervisionado no Instituto Federal do Rio Grande do Norte e a precarização do trabalho do/a assistente social na Assistência Estudantil. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 136–154, 2020. DOI: 10.46551/rssp.202007. Disponível em:
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/2046>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- ARAÚJO, M. P. M. de. **A política de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/IFRN: uma análise aproximativa do Programa de Bolsa de Iniciação ao Trabalho no Campus Natal Zona Norte.** Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2014. 85f. Disponível em:
https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36136/2/MagnaPMA_Monografia.pdf. Acesso em 30 jun.2024.
- BEZERRA, C. de A. B. **Serviço social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN): educação, assistência estudantil, limites e possibilidades do fazer profissional.** Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço social. Natal, RN, 2014. 84f. Disponível em:
https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36217/2/ClaraABB_Monografia.pdf. Acesso em 30 jun.2024.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.
-
- Cadernos GPOSSHE On-line, Fortaleza, v. 7, n. 2, 2023
<https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE>
 DOI: doi.org/10.33241/cadernosdogposshe.v7i2
ISSN: 2595-7880 e-ISSN: 2595-7880
e-mail: contato@gposshhe.com
Licença: Creative Commons – Atribuição não comercial 4.0 internacional



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jul. 2024. Seção 1, p. 5. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-publicacaooriginal-172283-pl.html>. Acesso em 21 jul.2024.

CARLOS, F; TAVARES, A. M. B. do N. Assistência estudantil: uma avaliação e reflexão da política de iniciação profissional no Instituto Federal do Rio Grande do Norte/IFRN—campus Natal-Central. **Anais do Colóquio Nacional A produção do Conhecimento em Educação Profissional**, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1227>. Acesso em: 20 jun.2024

CIAVATTA, M. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da educação profissional.** 1ª edição- Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27499>. Acesso em: 23 jun.2024.

CRUZ, A. de S. **Análise do programa de apoio à formação estudantil sobre o desempenho acadêmico em um instituto federal.** Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Potiguar. Natal, 2022. 81p. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12752379. Acesso em 30 jun.2024.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** São Paulo: Cortez Editora, 1985.

FRANÇA, K. R. de O. **A assistência estudantil e a efetivação do direito à educação no IFRN.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço Social. Natal, 2013. 160 f. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=102733. Acesso em: 08.jun.2024.

FERREIRA, E. F. **Avaliação política da política de assistência estudantil: repercussões frente à expansão da Educação Profissional no IFRN.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2017. 130f.: il. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5126857. Acesso em 30 jun.2024

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago.2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2024

LE GOFF, J. **Documento/monumento**. In: História e memória. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2023.p.525-541.

LIMA, J. S. S. de. **Serviço social e educação: o exercício profissional do assistente social na realidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) Campus Parnamirim**. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2014. 78f. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36105/3/JaneSSL_Monografia.pdf. Acesso em 30 jun.2024. Acesso em 30 jun.2024.

LOPES, R. E; NÓBREGA-TERRIEN, S. M; ALMEIDA, M. de I. Estado da questão como método de pesquisa para evidência do objeto em estudos da enfermagem. **Enfermagem em Foco**, v.9, n.1, p.66-70, mar. 2018. Disponível em: <https://enfermfoco.org/article/estado-da-questao-como-metodo-de-pesquisa-para-evidencia-do-objeto-em-estudos-da-enfermagem/>. Acesso em: 20 jun.2024.

MACHADO, A. Operadores Booleanos na revisão de literatura: usando AND, OR OU AND NOT. **ACADÊMICA**, Rio Grande do Sul, 13 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.academica.com.br/post/operadores-booleanos#:~:text=O%20operador%20booleano%20OR%2C%20que,separados%20ou%20juntos%20no%20artigo>. Acesso em: 28 jun.2024.

MARCOLINO, J. da S. **Assistência Estudantil na Educação Profissional: Análise da Efetivação da Política no IFRN Campus Natal - Cidade Alta**. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2018. 92f.: il. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36285/3/AssistenciaEstudantil_Marcolino_2018.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 5. ed. Livro 1 v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MEDEIROS, I. E. S. **A questão da instrumentalidade do Serviço Social e as dimensões prático-sociais no exercício profissional do assistente social na área da educação**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Natal, RN, 2013. 261 f. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=122337. Acesso em: 29 jun.2024

MEDEIROS NETA, O. M.; SILVA, L. L. S. Estudos Antecedentes em Pesquisas Educacionais: Entre a Necessidade, a Pertinência e a Prudência. **Cenas Educacionais**, [S. l.], v. 7, p. e17075, 2024. Disponível em:
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/17075>. Acesso em: 29 ago. 2024.

NASCIMENTO, S. S. do. **O exercício profissional do assistente social na educação:** demandas, desafios e estratégias na perspectiva de efetivação do direito a assistência estudantil no IFRN. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2015. 77 f. Disponível em:
https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36613/1/Exerc%0c3%adcio%20profissional_Nascimento_2015.pdf. Acesso em 30 jun.2024.

NASCIMENTO, S. S. do. **O trabalho do assistente social na educação:** ampliação do espaço ocupacional e precarização na assistência estudantil. 2018. 116f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em:
<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26692>. Acesso em 27 jun.2024.

NASCIMENTO, S. S. do; BARRA, G. R. S. O exercício profissional do assistente social no espaço educacional: uma contribuição para a afirmação do direito à educação no IFRN. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 314–330, 2020. Disponível em:
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/372>. Acesso em: 27 jun. 2024.

NASCIMENTO, S. S. do; NICOLAU, M. C. C. Transformações sociais e serviço social: a precarização do trabalho na assistência estudantil. **Temporalis**, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 196–219, 2018. DOI: 10.22422/temporalis. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19748>. Acesso em: 30 jun. 2024.

NÓBREGA-THERRIEN, S.M.; THERRIEN, J. Trabalhos Científicos e o Estado da Questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos Em Avaliação Educacional**, v. 15, n.30, p.5-16, 2004. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2148>. Acesso em: 29 maio.2024.

OLIVEIRA, A. F. de. **Assistência estudantil no IFRN Campus Zona Norte e sua relação com a permanência escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. 152f. Disponível em:
<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/51139>. Acesso em:10. Jun.2024.

OLIVEIRA, A. C. A. de. **Programa de Iniciação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN/Mossoró**: avaliando sua efetividade. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró/RN, 2017. 131 p. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5015045. Acesso em: 28 jun. 2024.

OLIVEIRA, A. P. S. de. **Serviço social no contexto educacional do IFRN**: uma análise dos programas de assistência aos estudantes. Monografia (Graduação em Serviço Social). Natal, RN, 2013. 61f. Disponível em:
https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36195/3/AnaPSO_Monografia.pdf. Acesso em: 28 jun.2024.

PINHEIRO, C. L. F. **Serviço Social e Cotas**: Desafios para a Permanência dos Estudantes no Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB. 2020. 177 f. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18236>. Acesso em: 27 jun.2024.

SANTOS, S. R. dos; DRAGO, C. C; AZEVEDO, M. A. de; FERREIRA, M. A. dos S. Políticas de assistência estudantil e permanência de estudantes na pandemia: reflexões a partir da experiência do IFRN – Campus Natal Central. **Revista Labor**, [S. l.], v. 1, n. 26, p. 167– 192, 2021. DOI: 10.29148/labor.v1i26.71948. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/71948>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, D. R. **Política Pública de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**: relação dos gastos empreendidos e os índices de evasão escolar dos alunos, 2018. 88fl. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP). Universidade Federal de Campina Grande. Sousa/PB, 2018. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6628079. Acesso em: 27 jun.2024

SOARES, L. de V; COLARES, M. L. I. S. Avaliação educacional ou política de resultados? **Educação & Formação**. [S. l.], v. 5, n. 3, p. e 2951, 2020. DOI: 10.25053/redufor.v5i15set/dez.2951. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/2951>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SOUZA, F. das C. S; LIMA, A. P. M. de; BRITO, L. L. de. Reforma do Estado e da Educação Profissional nos anos 1990: alinhamento do CEFET-RN às imposições neoliberais. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 6, p. e 11075, 2024. DOI: 10.47149/pemo.v6e11075. Disponível em:
<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/11075>. Acesso em: 14 jul. 2024.

STAMATTO, M. I. S. A Legislação como Fonte para a História da Educação. In: (Org.) SOUZA, E. C. de; VASCONCELOS, J. G; CASTRO, C. A. **História da Educação**: memória, arquivos e cultura escolar. Rio de Janeiro: Salvador: Quartet: Uneb, 2012, p.277-292.

Recebido em: 25/3/2024.

Aceito em: 6/11/2024.

Publicado online em: 25/3/2025.

